FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

«*ÚLTIMA AULA*» DO PROFESSOR DOUTOR JOSÉ MANUEL SÉRVULO CORREIA

2008.05.09

1. Era meu íntimo propósito deixar chegar discretamente ao seu termo este último ano de exercício pleno da docência, cujos derradeiros momentos se esbateriam sem aparato na azáfama dos exames. Não me furtaria – é certo – à habitual apresentação de saudações de despedida numa reunião do Conselho Científico seguinte à cessação de funções. Mas, aí, como é costume, pronunciaria umas breves palavras e sairia sem me sujeitar ao embaraço de ouvir as considerações generosas que a alguns Colegas aprouvesse tecer. Não me permitiram os Senhores Professores desta casa que assim fosse, e em particular os Ilustres Presidente e Secretário do Conselho Científico, Professores Doutores Marcelo Rebelo de Sousa e David Duarte, que – metaforicamente, mas nem por isso com menor firmeza – para aqui me puxaram pelos colarinhos a fim de me submeter a esta amistosa praxe de partida.

   Quero agradecer-lhes do fundo do coração, bem como ao Magnífico Reitor da Universidade, a todos os Senhores Professores, Assistentes,

Estudantes e Funcionários da Faculdade e aos outros Amigos e Familiares que aqui se congregaram para me dizer adeus e ouvir a minha última saudação enquanto professor no activo.

2. Neste momento carregado de simbolismo e em que me são concedidos trinta e cinco minutos para o uso da palavra, seria vão querer dar uma aula compatível com os parâmetros ortodoxos. Digamos que essa aula em que, para um círculo mais alargado e crítico do que o dos nossos sofridos alunos, se procura demonstrar uma capacidade amadurecida de síntese e inovação, a dei no decurso de ainda não muito longínquas provas de agregação. Parece-me assim preferível aproveitar esta última oportunidade para uma invocação, feita enquanto professor, dos meus tempos como aluno desta casa e daquilo que eu era quando aqui cheguei. Não se trata apenas de mim, mas daqueles que comigo fizeram o curso de 1954-59. Apenas importo a esse propósito como realidade individual em alguma medida representativa do conjunto.

Na nossa cultura, a tradição oral vai perdendo o papel que durante milénios lhe coube. Mas assim se esvai aquela parte da memória identitária colectiva que se não reconduz com facilidade a outros modos de conservação e transmissão. Quantas vezes me arrependo hoje de não ter escutado com atenção e procurado memorizar aquilo que os mais

velhos me contavam ou poderiam ter contado se lhes tivesse pedido! E isso é assim também em relação à nossa Faculdade.

Quanto daquilo que foi a vida aqui intensamente vivida por todos e cada um dos que por cá passaram jaz hoje soterrado pelos detritos do tempo a uma tal profundidade que nenhuma reconstituição histórica se torna possível ?

Resolvi por tudo isto pôr o professor que sai a falar do aluno que aqui entrou em 1954, ou seja, por coincidência há 54 anos e, em geral, daqueles que aqui fizeram o mesmo percurso no mesmo tempo.

Por outro lado, agora, que, tendo corrido um longo trajecto sempre a olhar em frente, atinjo a meta, posso finalmente virar-me para trás e contemplar de longe o ponto de partida. Até porque avultam, lá nessa distância, os rostos de muitos sem cujo impulso e treino eu não teria podido correr como corri. Cumpre-me associá-los a este momento porque a homenagem que aqui me querem prestar são eles quem primeiramente a merece.

3. Posso então começar por dizer que, se desta feita, me não consigo furtar a um rito praxístico de passagem a nova (e última) fase da existência, a verdade é que, em contrapartida, entrei sem ser praxado. *In illo tempore*, isto é, naquele longíquo Outubro de 1954, em que, na idade de 16 anos,

pela primeira vez franqueei como aluno desta Faculdade as portas do velho palácio onde ela se situava ao Campo de Santana, os caloiros não sofriam praxes. Estas tinham então o seu círculo de incidência limitado à comunidade estudantil de Coimbra.

Não quer isto dizer que sobre os nóveis alunos da nossa Escola não pesasse um clima denso de insegurança. É certo que o facto de sermos tratados por «*Senhor Dr.*» pelo pessoal dos cafés circunvizinhos nos soava a um estatuto de maior sortilégio que o de simples liceal. Mas de antemão sabíamos que teríamos de dobrar cabos tormentosos. Enquanto ainda íamos acabando o liceu, um dos entretenimentos dos conhecidos mais velhos que já frequentavam a Faculdade consistia em caricaturar as facetas mais cortantes de alguns dos «*monstros sagrados*» que haveríamos de enfrentar. Professores como Marcello Caetano, Paulo Cunha, Inocêncio Galvão Telles ou José Gabriel Pinto Coelho eram descritos, não sem razão, como dotados de um grau de exigência não inferior ao do seu imenso saber. Por outro lado, o sistema de exames era de uma terrífica violência, se o compararmos aos moldes actuais da avaliação, e parecia deliberadamente concebido para afastar rapidamente – ou seja, ao longo dos 1.º e 2.º anos – os menos dotados e trabalhadores. As duas disciplinas sobre as quais cada aluno faria provas escritas eram tiradas à sorte no

próprio momento da sua realização. E os felizes admitidos às orais, faziam, numa mesma manhã ou tarde, os exames de todas as cadeiras do ano, cirandando de sala para sala, onde os esperavam cada um dos professores acompanhado de um juiz conselheiro. Após todos esses exames, tinha-se conhecimento de uma única classificação, com a qual se transitava de ano. Uma só reprovação num dos quatros júris acarretava a reprovação global. E não havia exames de segunda época, mas tão só duas chamadas nas escritas.

4. Diga-se de passagem que o método de avaliação não chocava apesar de tudo com uma exigência lógica de possibilidade. Assim era dado o elevado grau médio de preparação que trazíamos não apenas do liceu, mas, desde logo, da própria escola primária.

Sem que então disso naturalmente nos pudéssemos aperceber, era já no ensino primário que se começava a estruturar a vocação de alguns para o Direito ou, ao menos, o seu aparelhamento para as exigências do curso. A este propósito, não duvido de que aquilo que vim a ser no campo do Direito muito se deve desde logo a dois extraordinários mestres do ensino primário: na escola primária de Fratel, o Professor José Baptista Martins, que mais tarde se notabilizaria como fundador da telescola e como

dinâmico Presidente da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão. Depois, em Castelo Branco, foi a vez da Professora Palmira Morcela .

Considero ter sido essencial o papel daqueles Mestres na estruturação do meu pensamento, no domínio da língua escrita e falada, no estender de um olhar para o mundo, em particular através da História e da Geografia, no desabrochar do gosto pela leitura, que se transformaria em verdadeira paixão no decurso da adolescência.

Com aqueles professores estaminais, fui introduzido numa dialética comportamental que muito me ajudaria nos anos de aluno de Direito e mais tarde: interesse e gosto pelo estudo como modo de conhecer mais e compreender melhor e um acentuado grau de auto-exigência, que apenas antecipava a exigência com a qual de antemão sabia que seria tratado pelos outros.

5. Frequentei sucessivamente três liceus: o Nun'Álvares, de Castelo Branco, e, em Lisboa, o Camões, durante ano e meio, e o D. João de Castro, nos últimos dois anos. Ao longo destes sete anos, passei pelas mãos de muitos professores e bem posso dizer que de todos e cada um trouxe algo para a vida. Na impossibilidade de os relembrar a todos, destaco aqui quatro.

O Dr. Alfredo Leite, meu professor de português em Castelo Branco, contribuiu de forma decisiva para a precisão sintática e a riqueza vocabular da minha expressão escrita. Não lhe dei – ai de mim ! – o gosto de vir a ser o escritor que ele profetizava.

Em Lisboa, a Dra. Maria Helena Lucas, em lições particulares e benévolas, guiar-me-ia ao longo de uma viagem inesquecível pela literatura portuguesa, na qual enxergo um dos mais sólidos alicerces da minha formação humanística. Também em lições particulares, Frau Kätte Brüdt Costa reforçaria os conhecimento de alemão que ia adquirindo no liceu e despertar-me-ia um singular interesse pela cultura alemã, que não mais se extinguiria. Não precisaria de sublinhar o carácter fundamental do instrumento assim adquirido para o futuro desenvolvimento da carreira académica e para a latitude do sempre renovado acervo de fontes em que continuo a haurir novos conhecimentos.

Desejaria também lembrar o profundo impacte que sobre mim – como sobre muitos outros – teve o ensino do latim pela Dra. Manuela da Palma Carlos, no Liceu D. João de Castro. Irmã do nosso Professor Doutor Adelino da Palma Carlos, era uma inteligentíssima humanista laica, que discretamente utilizava à maneira iluminista os velhos clássicos como fonte de educação cívica e de moral estóica. Mas, além disso, fazia-nos

trabalhar com o latim como uma matemática ou lógica da linguagem e também como uma arte de encadear ideias e sonoridades. Embora, na altura, essas várias experiências não tenham ocorrido em rigorosa simultaneidade, a esta distância no tempo compreendo que se amalgamaram na minha formação o estudo do latim, os exercícios de reconstituição das orações nas estrofes dos Lusíadas (que para o rapazola de 13 e 14 anos representavam um verdadeiro divertimento) e a leitura encantatória dos textos de António Vieira. A construção e a desconstrução da linguagem como modo de ordenar ideias e analisar os seus possíveis encadeamentos representou um treino valiosíssimo para o raciocínio jurídico e para a sua expressão.

6. Seria não só injusto, mas uma distorção da realidade não mencionar aqui a influência formativa dos meus Pais. Nascido em Dezembro de 1937, andava eu pelos quatro anos de idade, ainda na minha cidade natal de Angra do Heroísmo, e já o meu Pai se afadigava a ensinar-me a ler. A minha Mãe cedo começou a falar comigo em francês, que ainda hoje é, ao nível instintivo, a minha segunda língua. Anoto entre parênteses que, desde ter tido o rasgo de inteligência de propor casamento a Cheryl Roup e a sorte de ver tal proposta aceite, a minha língua doméstica passou a ser

predominantemente o inglês. Malhas que a globalização tece, mesmo ao nível das vivências familiares!

Mas, voltando aos meus Pais, lembro que ambos me iniciaram no gosto pela leitura, pondo-me desde muito cedo nas mãos livros infantis. Quem, de entre os da minha idade, se não lembrará ainda dos livros da colecção «*Manecas*» e das suas belas ilustrações? E não deveria ter ainda entrado na casa dos nove quando, começando pela «*Ilha Misteriosa*» e pelas «*20.000 Léguas Submarinas*», que já haviam feito o encanto da minha Mãe em criança, passei ao desbaste sistemático da obra de Júlio Verne e de outras que não esqueci, como, por exemplo, a adaptação por Afonso Lopes Vieira do Amadis de Gaula.

A minha Mãe, que fizera estudos avançados de violino, fez-me sentir a beleza da música clássica na sua infinda diversidade.

O meu Pai transmitiu-me o seu gosto pela genuína música popular, em especial a da sua querida Beira Baixa. Não é sem emoção que ainda hoje o recordo a embalar à noite os meus irmãos mais novos com antigas baladas, transmitidas de geração em geração na velha casa da aldeia: «*Andava a pobre cabreira o seu rebanho a guardar ...*». Uma imagem a ponderar com o esteriótipo de reitor autoritário que lhe ficou associado.

A minha Mãe transmitiu-me a sujeição de madeirense ao fascínio do mar. Ela que, como eu, nasceu numa ilha. E o meu Pai legou-me a total rendição à força telúrica do planalto ondulado do Fratel, cercado de serranias e de rios de escarpas alcantiladas. E ambos me contagiaram com o seu patriotismo genuíno e espontâneo, recebido sem dúvida das gerações anteriores nas suas famílias, bem como com o seu apego aos valores do trabalho, da modéstia e da lealdade. Sobretudo à mesa das refeições, foi o meu Pai o meu grande professor de História, prendendo-me o interesse graças à contraposição entre a inesgotável variedade das situações e das características individuais e, por outro lado, a possibilidade de extrair dos mais diversos acontecimentos ilações e ensinamentos constantes que – não obstante os acidentes de percurso – mostram o sentido ascensional da caminhada da Humanidade ao longo dos tempos.

7. Nesta sumária tentativa de reconstituição de como me vinha formada a personalidade, de qual era a imagem do mundo e a preparação escolar desse caloiro de 16 anos em 1954, não poderia esquecer o papel da interacção com os meus colegas de escola primária e de liceu. A partir dos sete ou oito anos (e, hoje, provavelmente antes disso) a influência dos amigos e companheiros de lides escolares e circumescolares vai-se

gradualmente sobrepondo à da família. É no seio dessas dinâmicas que cada geração acaba por construir ideais e ângulos de percepção que a destacam da anterior.

O meu primeiro pensamento vai, nesta conformidade, para os rapazinhos de sete e oito anos meus companheiros de turma, lá para os anos de 1944 e 1945, na escola primária do Fratel. Uma boa parte deles, provindos de pequenos agregados que ainda hoje circundam a aldeia, marchavam por dia dez ou mais quilómetros, por montes e vales, ao sol e à chuva. À hora do almoço, abriam uns saquitos de chita em que as mães haviam colocado umas fatias de pão de centeio com algumas azeitonas e uns nacos de queijo cabreiro.

Durante os três anos de serviço militar obrigatório, viria a reencontrar-me com rapazes da minha idade com as mesma origens maioritariamente rurais e provenientes de famílias com níveis de vida não muito diferentes das dos meninos meus companheiros da escola primária de Fratel. Tive em particular a honra de comandar cerca de três dezenas deles durante 20 meses de comissão na Guiné.

Tendo hoje a pensar que, insensivelmente, foi um sentimento de lealdade e de responsabilidade para com os meus iguais menos favorecidos pelos

azares do nascimento que, porventura, já durante os anos do curso de Direito e, mais decididamente, após o regresso da Guiné, orientou os meus passos para o Direito Público. Em boas mãos, o Direito sempre foi e será um instrumento de mudança. E era de mudança, de aproximação com os modelos políticos e sociais de Estados mais desenvolvidos, que a sociedade portuguesa urgentemente carecia. Educado no quadro dos valores portugueses tradicionais, mais tarde temperados pela adopção de certos postulados do marxismo no tocante à dialéctica entre economia e sociedade, advertido, pelo estudo das revoluções francesa e soviética, para os efeitos desumanizantes da concretização revolucionária de ideais atraentes, cedo me converti em um reformista. Assim se compreende que, nos primeiros anos de actividade profissional, me tenha dedicado com empenho sobretudo ao Direito Social, nos ramos do Direito da Segurança Social e da Saúde e com uma incursão também pelo Direito das Cooperativas.

Jamais tive qualquer ligação política com Marcello Caetano. Mas, como outros que a tiveram ou que, pelo contrário, como eu apenas com ele lidaram no plano académico, engrossei, nos anos 60, um movimento inorgânico impropriamente chamado «*tecnocrático*». Tratava-se de, cada um no seu campo próprio de actividade, contribuir para uma mudança de

mentalidades e para a criação de segmentos de um novo tecido institucional que, tão cedo quanto possível, conduzissem com naturalidade à adopção de um modelo de Estado de Direito democrático e social. A esse propósito, a minha estratégia pessoal que, - manda a verdade se diga – nunca sofreu embargos ou obstáculos de monta, passou pela sucessiva publicação de estudos de direito público e de ciência social em que se defendia a transformação do modelo corporativo de previdência social num modelo de segurança social universal e omnicompreensivo. Nesse conjunto de trabalhos, ocupa posição destacada a minha dissertação do Curso Complementar de Ciências Político-Económicas (correspondente ao actual mestrado), defendida em provas públicas, aqui ao lado, no Anfiteatro 1, em 1968. O título era «*Teoria da Relação Jurídica de Seguro Social*». O arguente foi o eminente jurista Professor Doutor Raul Ventura e o júri, presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Conselheiro José Osório, era também integrado pelos Professores Doutores Manuel Gomes da Silva, João Lumbralles e Diogo Freitas do Amaral. A presença, já não sei dizer se na sala, se do lado de lá de uma das suas portas, de Maria Leonor Lino Sérvulo Correia, com quem então estava casado e que viria a falecer em 1998, era só por si para mim (não sei explicar porquê) um factor de tranquilidade e de confiança no resultado.

8. Mas adiantei-me entretanto no tempo, visto que falava ainda dos meus colegas e do papel que também tiveram na formação da minha personalidade e na minha preparação para o Direito antes e no decurso dos cinco anos como aluno de licenciatura nesta Faculdade.

Algumas palavras, em primeiro lugar, quanto aos dois últimos anos do ensino secundário, passados no Liceu D. João de Castro. Foram dos mais felizes da minha vida, em particular - longe ainda dos exames finais do curso liceal - o então 6.º ano, correspondente ao actual 10.º. A turma era mista e uma parte dos alunos destinava-se a Letras. Muitas raparigas interessantes. Psicologicamente mais amadurecidas do que os seus colegas do outro sexo e interessadas prioritariamente por rapazes mais velhos, tratavam-nos com alguma condescendência. Mas o ambiente de intercâmbio intelectual era fecundo. Fervilhavam os empréstimos e recomendações de livros. Eu trazia uma formação literária digamos que classicizante, muito à custa da biblioteca do Liceu de Camões, metodicamente explorada. Lera Balzac e Stendhal, Flaubert e Victor Hugo, Walter Scott e Charles Dickens, Schiller e Goethe, Tolstoi e Turguenev. Por volta dos 14 anos, devorara em dois ou três dias febris um livro hoje aparentemente quase esquecido e que exerceu sobre mim um impacte tremendo: o *Jean Cristophe*, de Romain Rolland. Mas terá sido sobretudo

devido à influência de algumas colegas do D. João de Castro que passei a outras áreas mais modernas, de Steinbeck a Faulkner, de Scott Fitzgerald a Hemingway, de Máximo Gorki a Sartre e a Camus, de Thomas Mann a Herman Hesse. Lembro em particular a Vera Azancot, de melancólica mas irradiante beleza e com uma cultura excepcional para a sua idade, falecida ainda jovem, e a sua amiga Miriam Halpern, hoje a Professora Doutora Miriam Halpern Pereira, introdutora da história económica e social contemporânea na historiografia portuguesa.

9. No âmbito do curso de 1954-59 da Faculdade, o relacionamento entre colegas processava-se claramente à base de grupos a que não eram estranhas as escolas secundárias da proveniência. Sem prejuízo de outras integrações verificadas com a passagem do tempo, o meu grupo nuclear resultava do adicionamento a uma rede de amizades formada no D. João de Castro de mais alguns que comigo haviam frequentado o Camões e depois haviam findado o liceu no Pedro Nunes.

   De entre estes últimos, lembro o José Carlos Godinho Ferreira de Almeida, o José Paulo Batalha Ribeiro, o Henrique Paula Nogueira e o António Jorge Gonçalves Rodrigues, antes de ter decidido mudar para a Faculdade de Letras. Os do D. João de Castro eram, designadamente, o José Manuel Mira da Silva, que viria a ser assistente desta Faculdade, o Fernando

Álvares, o Luís Morales, o José Ricardo Gutierrez, a Isabel Alves da Silva, o Antero Moura-Carvalho, o José Manuel Prata e o Rodolfo Lavrador.

De entre os que comigo se não haviam cruzado no liceu, bastantes foram aqueles com quem viria a estabelecer laços de amizade ou de simpatia mútua. Dois deles viriam a ser também docentes desta casa: Paulo de Pitta e Cunha e Fernão Fernandes Thomaz. Com risco de me esquecer de alguns outros, lembro Joaquim Magalhães Mota, de quem, uns anos mais tarde, uma experiência política comum me tornaria próximo, Jorge de Aragão Seia e José Moura Nunes da Cruz, que presidiriam ao Supremo Tribunal de Justiça, vários outros que viriam a ser juízes-conselheiros – Antero Monteiro Diniz, José Carlos Moitinho de Almeida (se não erro, o primeiro juíz português do Tribunal de Justiça), José Manuel de Carvalho Pinheiro, José de Oliveira Branquinho, Júlio Tormenta e Vasco Grandão Ramos. O curso daria também três embaixadores: António Pinto da França, José Miguel Queirós de Barros e Luís Roma de Albuquerque. Evoco ainda outros de quem me viria a tornar amigo ao longo dos anos da Faculdade ou até mais tarde: António Gomes Mota, António Telles Romão, António Rebelo Quintal, António Colares Pereira, António Bandeira, António Guardiola, António Dias da Cunha, Heitor Salgueiro, Isaías Gomes dos Santos, João Lopes Alves, João Vieira de Castro, João

Vaz Serra de Moura, João Ribeiro da Silva, José Gabriel Rodrigues, José Madeira Bárbara, José Manuel Salgado, José Simões Manaia, Júlio Corrêa Mendes, Luis Gallego, Manuel Athayde Ferreira, Manuel Montenegro Castelo Branco, Maria Helena Charters, Maria Luísa Brotas, Maria Teresa Marques, Mário Gouveia, Nuno Sampaio de Lemos, Nuno Soares da Fonseca, Oswaldo Coelho, Pedro Alvim e Ricardo Alçada.

António Dias da Cunha viria, cerca de 25 anos mais tarde, a exercer um papel determinante para que o Grupo Entreposto, a cujos serviços jurídicos então eu pertencia e a cuja administração ele presidia, me criasse condições que possibilitaram uma estadia em Coimbra de quase dois anos, durante a qual escrevi a tese de doutoramento.

10. Permitam-me que use esta provavelmente última oportunidade para lembrar em público, aqui na Faculdade, a figura de José Carlos Godinho Ferreira de Almeida, meu dilecto amigo e colega de curso, licenciado em 1959, com média de 16 valores. Ao contrário do que sucedia comigo que, ao então terminar o curso, com 21 anos de idade e também média de 16, não sabia ainda o que queria da vida e apenas me dispunha a viver o tempo de serviço militar como um período de descompressão após a dureza dos anos académicos, o José Carlos tinha ideias claras sobre o seu futuro. Queria dedicar-se ao estudo do processo e ser professor de direito.

Em Dezembro de 1960, marcharíamos ambos para a Guiné, para integrar um esquadrão de reconhecimento do Regimento de Cavalaria 3. E, na manhã de 9 de Fevereiro de 1961, morreria num acidente de jipe, durante uma patrulha numa remota picada do leste do território, próximo da fronteira com a Guiné-Conacry. Ao atingir o Gabu na madrugada seguinte, iria encontrar, na mesma divisão em que jazia o seu corpo – sob uma bandeira nacional que nunca tive a coragem de soerguer durante toda esse escura noite – um monte de fichas de leituras de teoria do processo, que vinha fazendo regularmente até alta madrugada no fim de dias de deslocações esgotantes. Tomado por um comando chefiado por Henrique Galvão, o paquete Santa Maria vogava algures no Atlântico e os serviços militares de informações previam os primeiros ataques dos movimentos de libertação. De facto, ocorreriam dois ou três dias depois, mas em Angola e não na Guiné, que, no entanto, era considerada na altura como o cenário mais provável.

Que eu saiba, a Faculdade nunca procurou recensear os seus alunos ou antigos alunos mortos ao serviço das Forças Armadas em África, entre 1961 e 1974. Penso que eles mereceriam ver a sua memória preservada entre nós, juntamente – e porque não? – com a dos nossos antigos alunos que porventura tenham caído lutando nas fileiras dos movimentos de

libertação. Lembro o aluno desta Faculdade e meu primo co-irmão José João Neves Flores, alferes miliciano de infantaria, abatido por uma rajada de metralhadora inimiga quando, nesse fatídico ano de 1961, se deslocava à frente do seu pelotão numa picada do norte de Angola. Foi toda uma geração juvenil que assumiu as suas responsabilidades e se sacrificou para que as gerações mais velhas encontrassem o tempo e o modo das soluções políticas. A circunstância de esse sacrifício ter sido prestado em vão só lhe aumenta a trágica grandeza.

11. E como era afinal essa geração que, em 1959, deixava os bancos da Faculdade ?

Naturalmente que cada pessoa é uma pessoa e todas as generalizações são perigosas. Havia já na altura um sector fortemente politizado, mas minoritário e discreto como as circunstâncias impunham. No meu caso e, provavelmente, no da maioria de nós, não se formara ainda uma consciência clara sobre o rumo que os acontecimentos iriam tomar nos territórios extra-europeus administrados por Portugal. As grandes resoluções matriciais da política e do direito da descolonização só viriam a ser votadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas em finais de 1960. Seria durante a permanência nas fileiras em África que muitos nos iríamos aperceber de que o ideal de um Portugal uno do Minho a Timor –

provindo já da Monarquia liberal e da Primeira República – não tinha correspondência séria no terreno, por não existir integração efectiva das populações locais, nem condições para a fazer.

As eleições de 1958 – fortemente polarizadas no carisma de Humberto Delgado – haviam aberto claras fendas na base social de apoio do chamado «*Estado Novo*».

Mas, muito embora a desafeição pelo regime fosse crescendo, e se avolumasse a consciência de que este envelhecia com o seu chefe sem um projecto de gradual ajustamento ao modelo político básico do mundo ocidental, havia também, ainda por parte de muitos, o receio de que inflexões descontroladas pudessem precipitar o País no caos. A Faculdade não entrara ainda em clima aberto de luta estudantil, muito embora tivesse havido já um primeiro prenúncio com a contestação a uma iniciativa legislativa tendente a extirpar autonomia às associações de estudantes. Mas a revolta académica só viria a irromper em Lisboa em 1962, quando ainda me encontrava em serviço militar na Guiné.

Digamos que esta minha geração académica de 1954-1959 era uma geração aberta à mudança mas imersa numa espécie de situação de limbo

ou de espera em que, se o rumo global ia avultando, se mantinham ainda sob densa bruma os caminhos para o prosseguir.

Na Faculdade, o clima era de convivência pacífica. Os professores eram respeitados, sobretudo na medida em que se reconhecia a sua elevada competência. Alguns mereciam particular simpatia dos estudantes pela sua maneira de ser ou devido a traços peculiares das suas vidas. Dou três exemplos. João de Castro Mendes, pela sua extrema bondade e ilimitada dedicação à Escola. Como católico e sem quaisquer arrebiques literários, digo que o tenho hoje entre os santos da minha particular devoção. Isabel de Magalhães Collaço era, não obstante o grau de exigência, muito respeitada pelo seu saber e por aquilo que se conhecia da luta tenaz que travara para vencer prevenções anacrónicas ao acesso à carreira professoral de Direito pelo facto de ser mulher. Palma Carlos, que manejava o processo com a destreza de um prestidigitador e que dominava igualmente bem os seus postulados teóricos, era também considerado como grande advogado do foro pátrio e pelos obstáculos de raiz política que lhe haviam retardado o acesso ao professorado (tal como, aliás, a Fernando Olavo).

12. Nós estudávamos. Uns mais do que outros, naturalmente, e todos tanto mais quanto mais se aproximavam os exames. Na descoberta das

maneiras de estudar, estávamos entregues a nós próprios. Daí, talvez, uma tendência acentuada para estudar em grupo. Prática popular nas férias de ponto era a das sabatinas, em que dois ou três se interrogavam reciprocamente durante horas.

Nas aulas práticas, examinavam-se os textos legislativos e comentavam-se acórdãos. A partir do 2.º ano, começavam a surgir as hipóteses, normalmente também incluídas nas provas escritas finais.

Quando não havia manuais, era habitual que alguém se encarregasse de converter em sebenta as notas tomadas nas aulas. O professor quase sempre revia e a Associação Académica editava.

Os alunos com mais pretensões faziam leituras. Na biblioteca, tomavam-se apontamentos. Não havia ainda fotocópias. Por isso, quando – normalmente por troca – aqueles eram cedidos a outro colega, este tinha de os transcrever.

Não era frequente que os professores dessem a oportunidade de escolha das matérias, mesmo nos exames orais dos alunos mais classificados. Mas aceitavam discordâncias e muitos valorizavam claramente o debate. Havia pois que escolher estrategicamente uma série de tópicos relevantes a fim de se estar em condições de, quanto a um ou dois ao menos, quando

o examinador os trouxesse a capítulo, exibir conhecimentos mais extensos do que os proporcionados pelos textos de estudo basilares e usá-los em debate (cortês, naturalmente) sobre posições do professor. Na maioria dos casos, era, pois, respeitada a autonomia científica do estudante, desde que a exercesse em termos preparados com seriedade.

13. De um modo geral, eram também cordiais e mesmo carinhosas as relações dos estudantes com os funcionários. Lembro o Senhor Gonçalves, dedicado e proficiente bibliotecário, e os Senhores Miranda e Simões que, num minúsculo gabinete ao cimo das escadarias do palácio, asseguravam sozinhos e sem computador (um conceito desconhecido na época) todo o serviço de secretaria. Estes e outros funcionários que se lhes seguiriam, nomeadamente a Senhora D. Maria de Lurdes Paula Ribeiro e o Senhor José Francisco Costa, representaram, no desempenho das suas funções, verdadeiros pilares da vida institucional da Faculdade, com a qual surgem por certo identificados na memória de milhares de antigos alunos.

14. Gostaria naturalmente de ter falado de todos os professores que aqui tive e do muito que a cada um fiquei a dever. Mas, desta vez, já não tenho tempo e, de todo o modo, é matéria mais documentada e conhecida. Aquilo de que hoje tratei foi sobretudo de algo mais obscuro e que em breve não mais poderá ser contado. Ainda que inevitavelmente através do

meu prisma pessoal, procurei explicar resumidamente quem éramos nós, os estudantes que por aqui passámos entre 1954 e 1959. De onde vínhamos, o que pensávamos, como a sociedade nos havia preparado para corresponder ao clima de exigência reinante, o qual, por seu turno, nos habilitaria para a vida profissional em que muitos avultaram.

Num poema final do nosso livro de curso, dizia-se, a certo passo, sermos

> «*... juventude forte, decidida*
> *A que ninguém assusta ou mete medo*
> *Nem mesmo a própria vida*».

Não tínhamos, em suma, perdido ainda a inocência. Ou esconjurávamos simplesmente maus agoiros. E a vida acabou por ser para cada um de nós aquela que tinha de ser. De entre os quatro que, vindos do nosso Curso, aqui ensinámos, era eu o mais novo. Sou o último a partir. Fecho a porta. Mas não apago a luz.